



RACISMO AMBIENTAL E DESLOCAMENTO ESCOLAR: RESISTÊNCIAS FRENTE À TERMELÉTRICA DE SAMAMBAIA

Núbia Nogueira Costa – UnB

Grupo de Trabalho: GT 9 – Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Interseccionalidade

RESUMO:

O estudo analisa o racismo ambiental e os impactos socioeducacionais decorrentes do projeto de construção da Usina Termelétrica (UTE) Brasília, prevista para a Fazenda Guariroba, entre Samambaia e Recanto das Emas (Distrito Federal). Busca-se compreender de que forma a implantação da usina, marcada por desmatamento, poluição hídrica e atmosférica, captação de água do Rio Melchior e possível deslocamento da Escola Classe Guariroba, única unidade pública de ensino rural da região, reproduz desigualdades estruturais e afeta desproporcionalmente comunidades vulneráveis, configurando injustiça ambiental interseccional. A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em análise documental e de conteúdo, com estudo detalhado das informações no próprio site da UTE, matérias jornalísticas, decisões judiciais e registros de mobilização social, como os do Instituto Arayara e do Movimento Salve o Rio Melchior. O diálogo teórico articula Filice (2011), que discute as intersecções entre raça, classe e políticas educacionais; Kilomba (2019), que reflete sobre memórias coloniais e racismo cotidiano; e Acselrad (2009), que compreende o racismo ambiental como expressão da estrutura racista que naturaliza a desigual distribuição dos danos ecológicos e das vulnerabilidades sociais. Os resultados evidenciam que o discurso do “progresso” legitima práticas de injustiça ambiental ancoradas em racionalidades modernocoloniais, invisibilizando saberes locais e reforçando hierarquias de raça e classe. Em contrapartida, a resistência comunitária e escolar emerge como prática pedagógica e política, articulando cuidado territorial, participação social e dignidade coletiva. Ressalta-se que enfrentar o racismo ambiental a partir da escola e dos movimentos sociais requer integrar educação, território e poder, promovendo diálogo contínuo entre conhecimento técnico e saber comunitário, como condição para a construção de políticas públicas interseccionais e justas.

Palavras-chave: Racismo ambiental; Deslocamento escolar; Movimentos sociais; Políticas públicas; Interseccionalidade.



1. INTRODUÇÃO

O racismo ambiental evidencia desigualdades estruturais no Brasil, concentrando danos ecológicos e riscos à saúde em territórios vulneráveis. A Usina Termelétrica (UTE) Brasília, a ser instalada na Fazenda Guariroba entre Samambaia e Recanto das Emas (DF), exemplifica esse fenômeno. Desenvolvida pela Termo Norte e licenciada pelo IBAMA, a usina terá capacidade de 1.470 MW e incluirá planta industrial, linhas de transmissão e captação de água do Rio Melchior. Os impactos diretos envolvem a supressão de vegetação e emissões de gases, enquanto os indiretos afetam a fauna e pressionam o território.

A Escola Classe Guariroba, a única unidade pública de ensino rural da região, atende mais de 300 estudantes e é reconhecida por suas práticas de educação ambiental. Mobilizações recentes refletem o protagonismo infantojuvenil e a resistência às ameaças à permanência da escola.

Este estudo visa compreender como a implantação da UTE Brasília reproduz desigualdades estruturais, evidenciando práticas de racismo ambiental e seus impactos socioeducacionais, além das estratégias de resistência da escola e da comunidade. A pesquisa se justifica pela necessidade de analisar os efeitos de empreendimentos de grande escala em territórios vulneráveis, contribuindo para a compreensão das práticas de resistência comunitária e escolar.

A investigação adota uma abordagem qualitativa, utilizando análise documental e de conteúdo, incluindo relatórios técnicos e matérias jornalísticas. Também foram consideradas manifestações e registros de mobilização comunitária, como as ações do Instituto Arayara e do Movimento Salve o Rio Melchior. Este estudo busca revelar como disputas sobre desenvolvimento e meio ambiente se entrelaçam com desigualdades de raça e classe. A seguir, o texto apresenta o referencial teórico que fundamenta a análise, seguido da metodologia, dos resultados e das considerações finais.



2. REFERENCIAL TEÓRICO

O racismo ambiental e a justiça socioambiental são fenômenos interligados que refletem desigualdades estruturais no Brasil. O racismo ambiental refere-se à distribuição desigual de riscos e danos ecológicos, afetando de maneira desproporcional populações negras, indígenas e periféricas, e sendo sustentado por estruturas sociais que reproduzem hierarquias de raça e classe (Acselrad (2009). Esse contexto evidencia que grandes empreendimentos econômicos frequentemente impactam comunidades vulneráveis de maneira diferenciada, consolidando injustiças socioambientais interseccionais.

A análise das interseções entre raça, classe e políticas públicas educacionais, conforme Filice (2011), permite compreender como práticas institucionais e decisões de planejamento reproduzem desigualdades e limitam o acesso equitativo a direitos sociais, incluindo educação de qualidade. Nesse sentido, a educação ambiental crítica torna-se ferramenta de resistência, articulando saberes locais e estratégias comunitárias de enfrentamento de danos socioambientais.

Além disso, a reflexão sobre memórias coloniais e racismo cotidiano, apresentada por

Kilomba (2019), ilumina as formas sutis e estruturais pelas quais relações de poder e dominação racial se manifestam no cotidiano das comunidades afetadas. Essa perspectiva evidencia que impactos ambientais e deslocamentos forçados não são apenas físicos, mas também simbólicos, reforçando padrões históricos de exclusão social.

No caso da Usina Termelétrica (UTE) Brasília, a implantação do empreendimento ameaça a Escola Classe Guariroba, única unidade pública de ensino rural da região, demonstrando como violações de direitos educacionais se entrelaçam com racismo ambiental. A resistência da escola e da comunidade emerge como prática pedagógica e política, incorporando cuidado territorial, participação social e valorização de saberes locais (Filice, 2011; Kilomba, 2019; Carneiro, 2005).



Reconhecer essas inter-relações é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas interseccionais que promovam justiça socioambiental e inclusão, posicionando a educação como elemento central na luta contra desigualdades estruturais e na construção de territórios mais justos e sustentáveis.

3. METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo temática (Bardin, 2011), e investigou os impactos socioambientais e educativos do projeto de instalação da Usina Termelétrica Brasília (UTE), próxima à Escola Classe Guariroba, em Samambaia (DF). O estudo buscou compreender como discursos institucionais, comunitários e críticos constroem sentidos sobre progresso, meio ambiente e desenvolvimento.

O corpus incluiu documentos oficiais, como o Projeto Político Pedagógico da escola, relatório de impacto ambiental da UTE, matérias jornalísticas, reportagem sobre a audiência pública e registros de mobilização social (como os do Instituto Internacional Arayara). As vozes de professores, estudantes e moradores da comunidade foram consideradas a partir de entrevistas e depoimentos presentes nas reportagens que compuseram as fontes desta pesquisa.

A análise foi realizada em 15 dias, em três etapas: (1) seleção e organização do material; (2) sistematização em eixos temáticos, institucional e técnico, comunitário e educativo, crítico e teórico; e (3) interpretação crítica articulando os achados ao referencial teórico. As categorias emergentes, racismo ambiental, educação e resistência comunitária, evidenciaram os impactos da UTE sobre a escola e a relevância dos saberes comunitários na resistência territorial.

4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

O caso da Usina Termelétrica Brasília, em Samambaia, evidencia implicações políticas, educativas e raciais. As contradições entre o discurso do progresso e as práticas de injustiça ambiental revelam uma racionalidade



moderno-colonial nas políticas de desenvolvimento, em que o Estado negocia território e direito à educação em nome do crescimento econômico.

A resistência da comunidade escolar mostra que a educação pública pode atuar como prática insurgente, transformando o currículo em espaço de luta pelo projeto civilizatório decolonial. Professores e estudantes, ao contestarem a usina, afirmam o valor dos saberes locais e da participação comunitária.

A mobilização popular resultou na suspensão da audiência pública do Ibama, com a presença de mais de 400 moradores, e na atuação do Ministério Público do Distrito Federal e Território (MPDFT), que questionou impactos como o uso da água do Rio Melchior e a possível realocação da Escola Classe Guariroba, onde estudam cerca de 350 crianças.

Os resultados indicam que políticas institucionais ainda reproduzem lógicas de supremacia e apagamento de vozes subalternizadas. O discurso de “desenvolvimento sustentável” tende a ocultar conflitos de raça e classe, enquanto a escola se apresenta como sujeito político e território de resistência.

O estudo articula racismo ambiental, política do conhecimento e currículo, ampliando o debate sobre justiça ambiental e apontando caminhos para pesquisas participativas que integrem educação, território e poder na construção de uma ecologia política decolonial da (re)existência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso da UTE Brasília evidencia implicações políticas, educativas e raciais, ressignificando a luta pela dignidade coletiva sob perspectivas indígenas, afrodiaspóricas e quilombolas, em que pessoas, terras, águas e culturas integram um mesmo coletivo vivo. A (re)existência escolar revela que a educação pública pode atuar enquanto prática insurgente e decolonial, transformando o currículo em espaço de resistência e afirmação dos vínculos comunitários e territoriais.

Relatos de estudantes e professores mostram como o racismo ambiental articula desigualdades históricas, afetando identidades e vínculos. Nesse contexto, a escola consolida-se como agente político, epistemológico e cosmopolítico, espaço onde coexistem tensões e diálogos entre saberes



sintéticos, produzidos na lógica colonial e técnica e saberes orgânicos, enraizados na oralidade, ancestralidade e na convivência com a terra. Inspirando-se no pensamento de Nego Bispo, compreende-se que a justiça ambiental demanda o reconhecimento e a refluência entre esses saberes, respeitando fronteiras de diálogo e fortalecendo práticas educativas ligadas à vida em sua diversidade.

Conclui-se que enfrentar o racismo ambiental a partir da escola exige integrar educação, território e poder, promovendo o encontro entre saberes sintéticos e orgânicos como base para uma justiça ambiental plural, ampliação das noções de dignidade coletiva e fortalecimento de confluências educativas comprometidas com múltiplas existências e interdependências.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. ISBN 978-85-7617-159-1

AMBIENTARE. **Termonorte** – Usina Termelétrica. Disponível em: <https://ambientare.com.br/termonorte/>. Acesso em: 22 out. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL DE FATO. **Pressão popular faz Ibama suspender audiência sobre termelétrica no DF**. *Brasil de Fato*, Brasília (DF), 18 jun. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/06/18/pressao-popular-faz-ibama-suspender-audienciasobre-termeletrica-no-df>. Acesso em: 28 out. 2025.

DISTRITO FEDERAL (Governo do Distrito Federal – Secretaria de Estado de Educação).

PPP – Escola Classe Guariroba / Samambaia. Samambaia (DF): Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2021. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2021/07/ppp_ec_guariroba_samambaia.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.

FILICE, Renísia Cristina Garcia. **Raça e classe na gestão da educação básica brasileira: a cultura na implementação de políticas públicas**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

INSTITUTO INTERNACIONAL ARAYARA. **Instituto Internacional Arayara**. Disponível em: <https://arayara.org/>. Acesso em: 22 out. 2025.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.
Samambaia: **PDDC**

requisita informações do GDF sobre projeto de usina termelétrica. Sala de Imprensa, 28 maio 2025. Disponível em:
<https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacaomenu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2025/16873-samambaia-pddc-requisita-informacoesdo-gdf-sobre-projeto-de-usina-termeletrica>. Acesso em: 28 out. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023
SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL – SINPRO-DF.
EC